



ADITIVO AO PDI

EDUCAÇÃO INCLUSIVA e ACESSIBILIDADE

Reconhecendo que o papel social da educação superior, atualmente, envolve ultrapassar os limites do compromisso tradicional com a produção e a disseminação do conhecimento e cumprindo seu papel de instituição socialmente responsável a universidade tem efetivado ações de inclusão educacional e de acessibilidade para atender a diversidade dos alunos que a frequentam. A Educação Inclusiva assegura não só o acesso do aluno com necessidades especiais à educação superior, mas também promove condições plenas de participação e de aprendizagem a todos os estudantes, tendo em vista o direito de todos à educação e à igualdade de oportunidades de acesso e permanência bem-sucedida.

Para se tornar inclusiva, a sociedade brasileira contemporânea tem procurado atender às necessidades de todos os seus membros, pois incluir significa rejeitar preconceitos, discriminações, barreiras sociais, culturais ou pessoais e respeitar as necessidades próprias das pessoas com deficiência, possibilitando-lhes acesso a serviços públicos, bens culturais e artísticos e produtos decorrentes do avanço social, político, econômico, científico e tecnológico. Pessoas que apresentam impedimentos de curto ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, quando em interação com barreiras de diversas naturezas, podem ter obstruída a sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Nesse sentido, a perspectiva do direito à educação para todos envolve o acesso à educação digna e de qualidade, com o alcance da plena cidadania, o respeito e a inclusão, não se podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade, deficiência ou qualquer outro condicionante que a coloque em condição de vulnerabilidade social.

Através do atendimento educacional especializado, com a disponibilização de serviços e recursos e a orientação dos alunos e professores quanto à sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular, a Educação Inclusiva garante o acesso de alunos que necessitam de atendimento diferenciado na educação superior. Geralmente, esses alunos apresentam uma maneira peculiar de lidar com o saber ou necessitam de recursos adicionais para viabilizar seus processos de participação e aprendizagem nos espaços educacionais.



Partindo do entendimento de que todos são capazes de aprender e que os espaços heterogêneos são mais propícios e desafiadores para a construção de conhecimentos, a adoção de práticas educacionais inclusivas exige das instituições novos posicionamentos e procedimentos de ensino baseados em novas concepções e práticas que acompanhem os avanços conceituais e teóricos oriundos das teorias educacionais. Para uma educação na perspectiva da inclusão os sistemas de ensino devem organizar condições de acesso a espaços, recursos pedagógicos e comunicação possibilitadores de aprendizagem e valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos.

Tendo em vista que a educação superior é um importante meio para a produção do conhecimento científico e para o avanço tecnológico da sociedade, a universidade é um espaço de construção e trocas de conhecimento, além de convívio social. É um local de produção de conhecimento onde as práticas inclusivas precisam estar presentes, sendo imprescindível o preparo do profissional que atua diretamente com as pessoas com necessidades especiais, assim como a organização das ações dessas práticas.

Responsável pela promoção da cidadania, com o dever de oportunizar e incentivar uma educação inclusiva, para todos, é importante que a universidade programe ações educativas para o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais. Dessa forma, a universidade deve programar ações para o atendimento educacional de pessoas com necessidades educacionais especiais, que incluem alunos com dificuldades no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos.

Toda a comunidade acadêmica deve ser preparada para receber alunos com necessidades educacionais especiais, principalmente professores, em função da diversidade no comprometimento das especificidades das pessoas com necessidades especiais de diferentes grupos que fazem parte do contexto e da realidade do cotidiano acadêmico e que os professores devem enfrentar. No contexto do ensino superior inclusivo, o professor tem uma postura ativa, dialética, política e ética, está comprometido permanentemente com a vida dos alunos, assim como com a sua autonomia, e oportuniza espaços onde a liberdade pode ser exercida de forma criativa e espontânea.

A prática docente inclusiva no ensino superior, frente a alunos com necessidades educacionais especiais, envolve ações compartilhadas capazes de orientar o professor na formação de sujeitos, na valorização da diversidade, no reconhecimento e no respeito a diferentes identidades e no aproveitamento dessas diferenças para beneficiar a todos. Desta forma, a



universidade deve instituir políticas de inclusão e remover ações de exclusão, valorizando ações pautadas no respeito à diversidade, com investimento em materiais pedagógicos, em qualificação de professores, em infraestrutura adequada para ingresso, o acesso e a permanência e a participação de alunos com necessidades educacionais especiais, estando atenta a qualquer forma discriminatória.

O estabelecimento de uma política de acessibilidade voltada à inclusão plena dos estudantes com necessidades educacionais especiais e/ou mobilidade reduzida, envolve o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão. Tendo em vista que a acessibilidade pressupõe medidas que vão além da dimensão arquitetônica e abrange a articulação dos princípios e dos valores que estão subjacentes à formulação das políticas e das práticas institucionais no âmbito pedagógico e da gestão, inclui o campo legal, curricular, das práticas avaliativas, metodológicas e a sensibilização de toda a comunidade acadêmica para o desenvolvimento da educação inclusiva.

No âmbito da educação superior encontramos a acessibilidade relativa a:

- 1) Acessibilidade Atitudinal – percepção da pessoa com necessidades especiais sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.
- 2) Acessibilidade Arquitetônica ou Física - eliminação das barreiras ambientais físicas nos edifícios, espaços e equipamentos.
 - I - com respeito a alunos com deficiência física:
 - a) eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
 - b) reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço;
 - c) construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
 - d) adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
 - e) colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
 - f) instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas;
 - II - no que concerne a alunos com deficiência visual:



- a) manutenção de sala de apoio equipada como máquina de datilografia braille, impressora braille acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, *scanner* acoplado a computador;
 - b) adoção de um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braille e de fitas sonoras para uso didático;
 - c) disponibilização de professores, inclusive professores com deficiência, habilitados para o ensino da língua de sinais e/ou do braille, e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino;
- III - quanto a alunos com deficiência auditiva:
- a) disponibilização, sempre que necessário, de intérprete de língua de sinais/língua portuguesa;
 - b) adoção de flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
 - c) estímulo para o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;
 - d) disponibilização aos professores o acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística das pessoas com deficiência auditiva.
- 3) Acessibilidade Comunicacional – remoção de barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual (digital).
 - 4) Acessibilidade Instrumental – eliminação das barreiras existentes nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo.
 - 5) Acessibilidade Metodológica – remoção de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo, determinada pela maneira como o professor concebe conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional.

Para atuar na educação de alunos com necessidades especiais, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos sobre o sistema educacional inclusivo. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, tendo em vista o desenvolvimento de projetos interativos e interdisciplinares em parceria com outras áreas. Portanto, a universidade deve prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que



contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Dessa forma, uma política educacional dirigida aos alunos com necessidades especiais possibilita que venham a alcançar níveis cada vez mais elevados do seu desenvolvimento acadêmico, devendo a universidade promover ajustes para que possa atender a todas as necessidades educativas apresentadas por esse alunado.

No processo de seletivo, especificamente, tais ajustes devem ser feitos:

- No edital – esclarecendo os recursos que podem ser utilizados pelo vestibulando no momento da prova, bem como os critérios de correção a serem adotados pela comissão do vestibular;
- No exame vestibular – providenciando salas especiais para cada tipo de necessidade especial e a forma adequada de obtenção de respostas pelo vestibulando;
- Na correção das provas – considerando as diferenças específicas inerentes a cada aluno com necessidades especiais, para que o domínio do conhecimento seja aferido por meio de critérios compatíveis com as características especiais desses alunos.

Referências:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050** - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. Versão corrigida em 2005.

ATIQUE e ZAHER. **Educação inclusiva no ensino superior**: políticas públicas e acesso às pessoas portadoras de deficiência. Anais do XV Congresso Nacional. Manaus. Novembro de 2006. Disponível em: www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/hugo_zaher.pdf Acesso em: 23.jul.2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Aviso Circular nº 277/MEC/GM**. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>. Acesso em: 23.jul.2013.

[BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96.](#) Brasília, DF: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. SECADI/SESu. **Programa Incluir**: acessibilidade na educação superior. Documento orientador. Brasília: 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: 2008.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Brasília: 2004.



CAMPOS, Arimar Martins. **O plano nacional de educação (2011-2020) e a educação especial na perspectiva da educação inclusiva**: propostas e desafios. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0074.pdf>. Acesso em: 23.jul.2013.

CASTANHO, Denise Molon; FREITAS, Soraia Napoleão. Inclusão e prática docente no ensino superior. **Cadernos - Revista do Centro de Educação**, Laboratório de Pesquisa e Documentação – LAPEDOC, Universidade Federal de Santa Maria, n.27, 2005. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/index.htm>. Acesso em: 23.jul.2013.

FERRARI, Marian A. L. Dias; SEKKEL, Marie Claire. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. **Psicologia Ciência e Profissão**, 27 (4), p.636-647, 2007.

FERREIRA, Júlio Romero. A nova LDB e as necessidades educativas especiais. **Cadernos CEDES**, v.19, n.46, p.7-15, Set. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23.jul.2013.

Miguel Pereira, 2017.

Profa. Dra. Fátima Niemeyer da Rocha
Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão